

## LICITAÇÃO PÚBLICA

<b>1. PERFIL JURÍDICO DA LICITAÇÃO PÚBLICA</b> .....	19
1.1. CONCEITO DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	19
1.2. ENTIDADES OBRIGADAS A REALIZAR LICITAÇÃO PÚBLICA .....	24
1.3. PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA .....	30
1.3.1. Princípio da isonomia .....	31
1.3.2. Princípio da eficiência .....	33
1.3.3. Princípio da legalidade .....	34
1.3.4. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	34
1.3.5. Princípio da moralidade .....	35
1.3.6. Princípio da publicidade .....	36
1.3.7. Princípio da competitividade .....	36
1.3.8. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	37
1.3.9. Princípio do julgamento objetivo .....	39
1.4. LEGISLAÇÃO SOBRE LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	40
<b>2. CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO PÚBLICA</b> .....	45
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	45
2.2. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	47
2.2.1. Exclusividade do fornecedor .....	48
2.2.2. Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular .....	52
2.2.3. Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos .....	57
2.2.4. Inexigibilidade em decorrência de credenciamento .....	58
2.3. DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	62
2.3.1. Licitação dispensada .....	65
2.3.1.1. Licitação dispensada para a disposição de bens imóveis .....	65
2.3.1.2. Licitação dispensada para a alienação de bens móveis .....	71
2.3.2. Licitação dispensável .....	73
2.3.2.1. Dispensa em razão do valor do contrato .....	73
2.3.2.2. Dispensa em razão de situações contingenciais .....	75
2.3.2.2.1. Dispensa em razão de emergência ou calamidade pública .....	75
2.3.2.2.2. Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem .....	79
2.3.2.2.3. Dispensa em razão de incorreções do mercado .....	80
2.3.2.2.4. Dispensa para compra emergencial de gêneros perecíveis .....	80
2.3.2.2.5. Dispensa para abastecimento de meios de deslocamento militar fora de sua sede .....	82
2.3.2.3. Dispensa em razão de licitação fracassada ou de rescisão contratual .....	82
2.3.2.3.1. Licitação deserta ou fracassada .....	82
2.3.2.3.2. Dispensa em razão de preços manifestamente superiores aos praticados no mercado .....	84
2.3.2.3.3. Dispensa em razão da rescisão contratual .....	85
2.3.2.4. Dispensa em relação a contratos interadministrativos .....	86
2.3.2.5. Dispensa em razão do objeto .....	87

2.3.2.5.1. <i>Segurança nacional</i> .....	88
2.3.2.5.2. <i>Compra e locação de imóvel</i> .....	88
2.3.2.5.3. <i>Aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos</i> .....	89
2.3.2.5.4. <i>Aquisição de componentes ou peças vinculadas à garantia técnica</i> .....	90
2.3.2.5.5. <i>Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas</i> .....	91
2.3.2.5.6. <i>Aquisição de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica</i> .....	92
2.3.2.5.7. <i>Aquisição de energia elétrica e gás natural</i> .....	92
2.3.2.5.8. <i>Dispensa para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida</i> .....	93
2.3.2.5.9. <i>Contratos de programa</i> .....	94
2.3.2.5.10. <i>Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional</i> .....	95
2.3.2.6. <i>Dispensa em razão de atributos pessoais do contratado</i> .....	96
2.3.2.6.1. <i>Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional</i> .....	96
2.3.2.6.2. <i>Associações de portadores de deficiência física</i> .....	99
2.3.2.6.3. <i>Organizações sociais</i> .....	99
2.3.2.6.4. <i>Associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis</i> .....	101
2.3.2.7. <i>Dispensa em razão de acordo internacional</i> .....	102
<b>3. MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA</b> .....	<b>103</b>
3.1. PANORAMA GERAL DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO .....	103
3.2. ASPECTOS CONTROVERTIDOS SOBRE O CABIMENTO DA MODALIDADE PREGÃO .....	107
3.2.1. Bem e serviço comum .....	107
3.2.2. A discricionariedade para a adoção do pregão .....	115
3.2.3. Preferência ao pregão eletrônico em detrimento do pregão presencial .....	119
3.2.4. Pregão para obras e serviços de engenharia .....	124
3.3. ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA MODALIDADE CONVITE .....	129
3.3.1. Inconstitucionalidade da modalidade convite .....	129
3.3.2. Condições para a participação no convite .....	133
3.3.3. Obrigatoriedade da renovação dos convidados .....	133
3.3.4. Número mínimo de licitantes na modalidade convite .....	134
3.4. PARCELAMENTO DA LICITAÇÃO .....	138
3.4.1. Parcelamento da licitação como meio para ampliar a competitividade .....	138
3.4.2. Parcelamento indevido da modalidade de licitação .....	139
3.4.3. Parcelas de natureza específica .....	144
3.4.4. Situações imprevisíveis .....	145
3.4.5. Não é necessário somar os valores pertinentes às licitações promovidas por órgãos ou entidades distintas .....	146
3.4.6. A modalidade pregão como solução para os problemas provocados pelo parcelamento indevido da licitação .....	148
3.5. SITUAÇÕES EM QUE O VALOR OBTIDO NA LICITAÇÃO É SUPERIOR AO VALOR LIMITE DA MODALIDADE .....	148

<b>4. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO</b> .....	151
4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	151
4.2. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO .....	151
4.3. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E EXCESSO DE FORMALISMO.....	152
4.4. ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – FASE INTERNA DA LICITAÇÃO.....	157
4.4.1. A importância da elaboração do instrumento convocatório .....	157
4.4.2. Requisição e termo de referência .....	158
4.4.3. Abertura do processo de licitação e justificativa da autoridade competente sobre a necessidade da contratação .....	161
4.4.4. Descrição do objeto.....	161
4.4.4.1. Exigência de marcas .....	164
4.4.4.2. Previsão de quantitativos .....	165
4.4.5. Projeto básico .....	167
4.4.6. Projeto executivo.....	169
4.4.7. Orçamento estimado .....	170
4.4.7.1. Procedimento para realizar o orçamento estimado .....	172
4.4.7.2. Orçamento estimado como anexo obrigatório ao edital .....	174
4.4.8. Previsão de recursos orçamentários.....	178
4.4.9. Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.....	179
4.4.10. Cláusulas do instrumento convocatório.....	181
4.4.10.1. Definição dos requisitos de habilitação .....	182
4.4.10.2. Definição dos critérios de aceitabilidade das propostas.....	182
4.4.10.3. Critérios de julgamento das propostas .....	185
4.4.10.4. Recursos .....	186
4.4.10.5. Sanções para o caso de inadimplemento.....	186
4.4.10.6. Condições contratuais.....	187
4.4.10.7. Acesso ao instrumento convocatório e seus anexos .....	187
4.4.10.8. Definição do prazo de validade das propostas .....	188
4.4.11. Minuta do futuro contrato .....	189
4.4.12. Aprovação jurídica .....	189
4.4.13. Assinatura do instrumento convocatório .....	192
4.5. TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	193
4.5.1. Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte .....	195
4.5.2. Licitação com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte.....	198
4.6. PUBLICIDADE DO EDITAL .....	199
4.6.1. Veículos de divulgação .....	199
4.6.2. Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	203
4.7. ALTERAÇÕES NO EDITAL.....	204
4.8. IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO .....	205
4.8.1. Considerações gerais .....	205
4.8.2. Contestação judicial do instrumento convocatório por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo .....	206
4.8.3. Impugnação de edital na modalidade pregão.....	208



<b>5. HABILITAÇÃO</b> .....	211
5.1. CONCEITO DE HABILITAÇÃO .....	211
5.2. PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE .....	211
5.3. SISTEMÁTICA DE HABILITAÇÃO DA LEI Nº 8.666/93: QUAIS DOCUMENTOS DEVEM SER EXIGIDOS? .....	214
5.4. SISTEMÁTICA DE HABILITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO .....	218
5.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	221
5.6. REGULARIDADE FISCAL.....	222
5.6.1. Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal .....	222
5.6.2. Regularidade fiscal e quitação fiscal .....	223
5.6.3. Documentos comprobatórios de regularidade fiscal .....	223
5.6.4. Sede ou domicílio do licitante .....	224
5.6.5. Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação.....	224
5.6.6. Certidões obtidas pela internet .....	227
5.6.7. Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal .....	227
5.6.8. A comprovação da regularidade fiscal pelas microempresas e empresas de pequeno porte .....	228
5.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	233
5.7.1. Considerações gerais .....	233
5.7.2. Inscrição na entidade profissional competente .....	234
5.7.3. Comprovação de recebimento de todos os documentos e informações relativas à licitação e atestado de vistoria .....	238
5.7.4. Comprovação de disponibilidade de equipamentos, maquinários e instalações adequadas para a execução do contrato .....	239
5.7.5. Atestados de capacitação técnica .....	241
5.7.5.1. <i>Atestados de capacitação técnica operacional e profissional</i> .....	242
5.7.5.2. <i>Comprovação da capacitação técnica operacional e profissional em obra e serviço de engenharia</i> .....	243
5.7.5.3. <i>Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante</i> .....	244
5.7.5.4. <i>Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica</i> .....	249
5.7.5.5. <i>Exigência de quantitativos mínimos</i> .....	250
5.7.5.6. <i>Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado</i> .....	253
5.7.5.7. <i>Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas significantes e relevantes do objeto do contrato</i> .....	255
5.7.5.8. <i>Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades</i> .....	257
5.8. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO .....	258
5.9. OUTRAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS EM LEI.....	259
5.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	260
5.10.1. Considerações gerais .....	260
5.10.2. Balanço patrimonial.....	261
5.10.2.1. <i>Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial</i> .....	261
5.10.2.2. <i>Índices contábeis</i> .....	262
5.10.2.3. <i>Possibilidade de apresentação de balanço intermediário</i> .....	265
5.10.3. Certidão negativa de falência, de concordata e de execução patrimonial.....	267
5.10.4. Garantia .....	269
5.10.5. Capital social e patrimônio líquido mínimo .....	270
5.10.6. Relação de compromissos .....	271

5.11. CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	272
5.12. QUESTÕES PROCEDIMENTAIS RELACIONADAS À HABILITAÇÃO .....	273
5.12.1. O procedimento para a habilitação na Lei nº 8.666/93 .....	273
5.12.2. O procedimento para a habilitação no pregão presencial .....	275
5.12.3. Procedimento para a habilitação no pregão eletrônico.....	277
5.12.4. Procedimento para a habilitação no pregão em que participa microempre- sa ou empresa de pequeno porte .....	279
<b>6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>281</b>
6.1. PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO .....	281
6.2. FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS NAS MODALIDADES TRADICIONAIS DA LEI Nº 8.666/93 E NA MODALIDADE PREGÃO .....	281
6.3. ANÁLISE DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS .....	282
6.3.1. Considerações gerais .....	282
6.3.2. Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao objeto e às formali- dades.....	283
6.3.2.1. Amostras dos produtos dos licitantes.....	284
6.3.2.2. Amostras na modalidade pregão .....	285
6.3.2.3. Momento devido para exigir as amostras nas modalidades da Lei nº 8.666/93 .....	287
6.3.2.4. Momento devido para exigir as amostras na modalidade pregão .....	288
6.3.3. Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao preço .....	290
6.3.3.1. Desclassificação de propostas de valores excessivos .....	291
6.3.3.2. Negociação na modalidade pregão .....	292
6.3.3.3. Desclassificação de propostas inexeqüíveis.....	294
6.3.3.3.1. A importância de análise rigorosa da (in)exeqüibilidade das propostas .....	294
6.3.3.3.2. Dificuldades em desclassificar proposta inexeqüível na modalidade pregão .....	296
6.3.3.3.3. Critérios e Procedimentos para a desclassificação de propostas inexeqüíveis .....	297
6.3.3.3.4. Desclassificação de proposta inexeqüível em licitação destinada à obra e serviço de engenharia julgada pelo menor preço ...	299
6.3.3.3.5. O cálculo prescrito no § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 não se aplica à modalidade pregão .....	302
6.3.3.3.6. O cálculo prescrito no § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 pode ser utilizado como subsídio para identificar pro- posta inexeqüível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia.....	305
6.3.3.3.7. Desclassificação de proposta em razão da inexeqüibili- dade de preço unitário.....	306
6.3.4. Conseqüências da desclassificação da proposta .....	308
6.3.4.1. Conseqüência da desclassificação de todas as propostas .....	309
6.4. TIPOS DE LICITAÇÃO .....	310
6.4.1. Considerações gerais .....	310
6.4.2. Tipo menor preço .....	311
6.4.3. Maior lance ou oferta .....	312
6.4.4. Melhor técnica .....	312
6.4.5. Técnica e preço .....	314
6.4.6. Critérios para o estabelecimento das notas técnicas .....	316

6.4.7. Cabimento dos tipos de licitação .....	317
6.4.7.1. <i>Serviços de natureza predominantemente intelectual</i> .....	317
6.4.7.2. <i>Bens e serviços de informática</i> .....	319
6.4.7.3. <i>Contratos de grande vulto dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito</i> .....	324
6.5. ESPECIFICIDADES DO JULGAMENTO NA MODALIDADE PREGÃO .....	325
6.6. DIREITO DE PREFERÊNCIA ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EM LICITAÇÃO PÚBLICA .....	329
6.6.1. O direito de preferência não se aplica em relação às licitações do tipo melhor técnica.....	330
6.6.2. Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo menor preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93 .....	331
6.6.3. Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo técnica e preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93 .....	333
6.6.4. Procedimento para o direito de preferência em pregão.....	334
6.7. DESEMPATE.....	335
<b>7. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DESTACADOS .....</b>	<b>337</b>
7.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	337
7.2. SÍNTESE COMPARATIVA ENTRE O PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 8.666/93 E O PROCEDIMENTO DA MODALIDADE PREGÃO.....	337
7.3. RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	343
7.3.1. Recursos Administrativos na Lei nº 8.666/93.....	343
7.3.2. Recursos na modalidade pregão.....	344
7.3.3. Síntese comparativa entre a sistemática recursal das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02.....	347
7.4. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	348
7.4.1. Ordem entre adjudicação e homologação .....	348
7.4.2. O que são a adjudicação e a homologação.....	350
7.4.3. A anulação ou revogação promovida pela autoridade competente na fase de homologação implica dever de indenização.....	351
<b>8. REGISTRO DE PREÇOS .....</b>	<b>353</b>
8.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	353
8.2. LEGISLAÇÃO SOBRE REGISTRO DE PREÇOS.....	356
8.3. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS .....	358
8.4. LICITAÇÃO PARA PROMOVER REGISTRO DE PREÇOS.....	361
8.4.1. Desnecessidade de reserva orçamentária para lançar licitação de registro de preços .....	364
8.5. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	366
8.5.1. Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços.....	368
8.5.2. Aditamento da ata de registro de preços .....	369
8.5.3. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços.....	370
8.6. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	374
8.6.1. Ofensa aos princípios de Direito Administrativo .....	375
8.6.1.1. <i>Agravo ao princípio da legalidade</i> .....	375
8.6.1.2. <i>Agravo ao princípio da isonomia</i> .....	378
8.6.1.3. <i>Agravo ao princípio da vinculação ao edital</i> .....	380



8.6.1.4. <i>Agravo aos princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade</i> .....	382
8.6.1.5. <i>Agravo ao princípio da economicidade</i> .....	384
8.6.2. A posição dos Tribunais de Contas .....	385
8.6.3. Procedimento para adesão à ata de registro de preços .....	387
8.6.4. Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas .....	390
8.6.5. Prazo de vigência da ata para o aderente.....	391
8.6.6. Responsabilidade da entidade aderente pela licitação pública que precedeu à ata de registro de preços .....	391
8.7. CONTRATO DECORRENTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	392

## CONTRATO ADMINISTRATIVO

9. O PERFIL JURÍDICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	397
9.1. CONCEITO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	397
9.2. A VERDADEIRA DIMENSÃO DAS PRERROGATIVAS PROTETORAS DO INTERESSE PÚBLICO	403
9.3. CONTRATOS REGIDOS PREDOMINANTEMENTE POR NORMAS DE DIREITO PRIVADO .....	407
10. CONTEÚDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	409
10.1. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO .....	409
10.2. CONTRATAÇÃO EM CONDIÇÕES DIVERSAS DAS PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO .....	410
10.3. ELEMENTOS QUE ADMITEM CONTRATAÇÃO EM CONDIÇÕES DIVERSAS DAS OBTIDAS NA LICITAÇÃO .....	412
10.4. CONTRADIÇÃO INVOLUNTÁRIA ENTRE O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E O CONTRATO.....	413
10.5. CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS .....	415
10.6. O CONTEÚDO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NAS SITUAÇÕES EM QUE A LEI Nº 8.666/93 DISPENSA O TERMO DE CONTRATO .....	418
10.7. GARANTIA CONTRATUAL .....	420
10.7.1. Espécies de garantia .....	420
10.7.2. Garantia contratual básica .....	421
10.7.2.1. <i>Da conveniência em exigir garantia contratual básica</i> .....	421
10.7.2.2. <i>Das modalidades de garantia contratual básica</i> .....	422
10.7.2.3. <i>Limite à garantia contratual básica</i> .....	423
10.7.2.4. <i>O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração</i> .....	424
10.7.2.5. <i>Restituição da garantia contratual básica</i> .....	425
10.7.3. Garantia adicional .....	426
10.7.3.1. <i>Considerações gerais</i> .....	426
10.7.3.2. <i>O valor da garantia adicional</i> .....	427
10.7.3.3. <i>Inconstitucionalidade da garantia adicional</i> .....	428
11. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	431
11.1. A DECISÃO DE FORMALIZAR O CONTRATO .....	431
11.2. A CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAR E OS EFEITOS DA RECUSA DO ADJUDICATÁRIO.....	433

11.3. A LAVRA DO CONTRATO.....	438
11.4. CONTRATO ESCRITO E CONTRATO VERBAL .....	439
11.5. INSTRUMENTO DE CONTRATO E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	440
11.6. PUBLICIDADE DO EXTRATO DO CONTRATO COMO REQUISITO DE VIGÊNCIA .....	443
11.7. PRAZO PARA A PUBLICIDADE DO EXTRATO DO CONTRATO.....	444
11.8. EFEITO DA NÃO PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO NO PRAZO DETERMINADO PELA LEI .....	445
11.9. A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO MESMO NAS SITUAÇÕES EM QUE NÃO HÁ INSTRUMENTO DE CONTRATO .....	446
11.10. CASOS EM QUE NÃO É OBRIGATÓRIO PUBLICAR O EXTRATO DO CONTRATO .....	448
<b>12. DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>451</b>
12.1. VALIDADE, VIGÊNCIA E EFICÁCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	451
12.2. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO .....	452
12.3. CONTRATO POR PRAZO CERTO E CONTRATO POR ESCOPO.....	452
12.4. A REGRA SOBRE A DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – VIGÊNCIA DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.....	453
12.4.1. O prazo de duração referido no <i>caput</i> do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretado como prazo de execução .....	455
12.5. PRIMEIRA EXCEÇÃO – CONTRATOS CUJOS PRODUTOS ESTEJAM CONTEMPLADOS NAS METAS ESTABELECIDAS NO PLANO PLURIANUAL .....	456
12.6. SEGUNDA EXCEÇÃO – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS .....	457
12.6.1. Conceito de serviços contínuos .....	457
12.6.2. Prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos .....	459
12.6.3. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos somente se justifica sob condições vantajosas para o interesse público.....	463
12.6.4. A prorrogação é ato discricionário e bilateral .....	464
12.6.5. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos não precisa estar prevista no edital e/ou contrato .....	464
12.7. TERCEIRA EXCEÇÃO – ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA.....	465
12.8. PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS EM VISTA DE FATOS OCORRIDOS INDEPENDENTEMENTE DA VONTADE OU DA CULPA DO CONTRATADO .....	466
12.9. FORMALIZAÇÃO DA PRORROGAÇÃO.....	467
12.10. PROIBIÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO COM PRAZO INDETERMINADO.....	468
12.11. DURAÇÃO DOS CONTRATOS REGIDOS PREDOMINANTEMENTE PELO DIREITO PRIVADO.....	469
<b>13. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>471</b>
13.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	471
13.2. O DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS SEUS CONTRATOS .....	472
13.3. O FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	473
13.4. ATUAÇÃO DO FISCAL .....	474
13.5. CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO PARA AUXILIAR O FISCAL DO CONTRATO.....	476
13.6. DESVIO DE FUNÇÃO EM RELAÇÃO À FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	477
13.7. O PREPOSTO DO CONTRATADO .....	478



13.8. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DO OBJETO.....	479
13.8.1. Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte.....	482
13.9. RECEBIMENTO.....	487
13.9.1. Procedimento para o recebimento provisório e definitivo .....	489
13.10. PAGAMENTO .....	491
13.11. O DESENCONTRO DO LEGISLADOR NO QUE TANGE ÀS NORMAS PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO E PARA O PAGAMENTO .....	494
13.12. EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE DO CONTRATADO COM O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL COMO CONDIÇÃO PARA O PAGAMENTO.....	495
13.13. EXECUÇÃO DE CONTRATO NULO E O DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE PAGAR.....	499
13.14. DA AUSÊNCIA DE INSTRUMENTOS EFETIVOS PARA QUE OS CONTRATADOS EXIJAM QUE A ADMINISTRAÇÃO REALIZE OS PAGAMENTOS DEVIDOS .....	501
13.15. OS PAGAMENTOS DEVEM SER REALIZADOS DE ACORDO COM A ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE DAS FATURAS .....	503
13.16. O DIREITO SUBJETIVO DOS CONTRATOS DE EXIGIR QUE OS PAGAMENTOS SEJAM REALIZADOS DE ACORDO COM A ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADE DAS FATURAS .....	505
<b>14. ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>511</b>
14.1. ESPÉCIES DE ALTERAÇÃO .....	511
14.2. ALTERAÇÃO UNILATERAL COMO EXPRESSÃO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO .....	511
14.3. ALTERAÇÃO CONTRATUAL E MORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	512
14.4. ALTERAÇÃO CONTRATUAL É EXCEÇÃO E PRESSUPÕE FATOS NOVOS E IMPREVISÍVEIS À ÉPOCA DA LICITAÇÃO OU DO PROCEDIMENTO QUE PRECEDE O CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	513
14.5. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE DO OBJETO .....	513
14.6. LIMITES ÀS ALTERAÇÕES UNILATERAIS QUANTITATIVAS .....	514
14.7. LIMITES ÀS ALTERAÇÕES CONSENSUAIS QUANTITATIVAS .....	516
14.8. LIMITES ÀS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS .....	517
14.9. LIMITES ÀS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS EM CONTRATOS CUJOS QUANTITATIVOS E OS VALORES SÃO MERAMENTE ESTIMADOS.....	522
14.10. PARÂMETROS PARA AFERIR OS LIMITES ÀS ALTERAÇÕES EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS .....	524
14.11. JOGO DE PLANILHA: OS LIMITES ÀS ALTERAÇÕES DEVEM SER CALCULADOS SOBRE OS PREÇOS UNITÁRIOS .....	526
14.12. ALTERAÇÃO CONTRATUAL QUE EXCEDE O VALOR LIMITE DA RESPECTIVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	527
14.13. ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DIREITO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....	530
14.14. INDENIZAÇÃO EM CASO DE SUPRESSÃO DO OBJETO.....	531
<b>15. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>533</b>
15.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	533
15.1.1. Direito ao equilíbrio econômico-financeiro .....	533
15.1.2. Previsão constitucional do direito ao equilíbrio econômico-financeiro .....	534

15.1.3. O direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes .....	534
15.1.4. Instrumentos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro .....	535
<b>15.2. REAJUSTE</b> .....	<b>536</b>
15.2.1. Conceito de reajuste .....	536
15.2.2. A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital de licitação pública .....	537
15.2.3. Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato .....	537
15.2.4. Periodicidade mínima .....	539
15.2.5. Reajuste deve ser concedido de ofício.....	540
15.2.6. Pagamento do reajuste retroativo caso a Administração o reconheça posteriormente .....	541
15.2.7. Reajuste anterior à assinatura do contrato .....	542
15.2.8. Forma de reajustamento .....	544
<b>15.3. REVISÃO</b> .....	<b>545</b>
15.3.1. Conceito de revisão .....	545
15.3.2. Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato .....	545
15.3.3. Não há periodicidade mínima para a revisão.....	546
15.3.4. Pressupostos para a revisão do contrato .....	546
15.3.4.1. <i>Considerações gerais</i> .....	546
15.3.4.2. <i>Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante</i> .....	547
15.3.4.3. <i>Teoria da imprevisão</i> .....	548
15.3.4.3.1. <i>Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe</i> .....	549
15.3.4.3.2. <i>Álea econômica extraordinária e extracontratual</i> .....	550
15.3.5. Efeitos do reconhecimento do direito à revisão e possibilidade concessão de ofício .....	552
15.3.6. revisão anterior à assinatura do contrato .....	555
15.3.7. Procedimento para a revisão.....	555
15.3.8. A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão.....	556
<b>15.4. REACTUAÇÃO</b> .....	<b>558</b>
15.4.1. Conceito de reactuação .....	558
15.4.2. A peculiaridade dos contratos administrativos de terceirização de serviços no que tange à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	558
15.4.3. Reactuação como instrumento para viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de terceirização de serviços .....	561
15.4.4. Reactuação e o princípio da legalidade .....	563
15.4.5. Pessoas que se sujeitam ao Decreto Federal nº 2.271/97 e à Instrução Normativa nº 18/97 .....	565
15.4.6. Demonstração analítica de aumento dos custos .....	566
15.4.7. Reactuação em contratos de prestação de serviços que envolvem mais de uma categoria profissional.....	568
<b>16. RESCISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	<b>571</b>
16.1. EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	571
16.2. ESPÉCIES DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	571
16.3. HIPÓTESES DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA .....	573
16.3.1. Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais.....	573



16.3.2. Lentidão na execução do contrato ou no início de sua execução.....	573
16.3.3. Paralisação da execução do contrato.....	575
16.3.4. Violação ao caráter personalíssimo do contrato .....	575
16.3.5. Falta reiteradas e desatendimento de determinações da Administração .....	578
16.3.6. Falência e insolvência civil .....	579
16.3.7. Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado .....	581
16.3.8. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada .....	581
16.3.9. Interesse público .....	582
16.3.10. Caso fortuito e força maior .....	583
16.3.11. Descumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal .....	584
16.4. PROCESSO PARA A RESCISÃO ADMINISTRATIVA .....	584
16.5. EFEITOS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA .....	586
16.6. HIPÓTESES DE RESCISÃO JUDICIAL.....	588
16.6.1. Supressão unilateral acima do limite legal .....	588
16.6.2. Suspensão da execução por prazo superior a 120 dias .....	589
16.6.3. Exceção do contrato não cumprido.....	591
16.6.4. Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execu- ção do contrato.....	592
16.7. EFEITOS DA RESCISÃO JUDICIAL.....	593
<b>17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>595</b>
17.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	595
17.2. PRINCÍPIO DA ATIPICIDADE.....	595
17.3. A SISTEMÁTICA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA DA LEI Nº 8.666/93 .....	603
17.3.1. Advertência .....	603
17.3.2. Multa .....	605
17.3.2.1. Multa moratória e compensatória.....	605
17.3.2.2. Limites e parâmetros para a fixação das multas.....	605
17.3.2.3. Execução das multas .....	607
17.3.2.4. Parcelamento dos valores devidos a título de multa .....	608
17.3.3. Suspensão temporária e declaração de inidoneidade.....	608
17.3.3.1. A distinção entre as expressões “Administração” e “Administração Pública” e as repercussões em relação à distinção entre as penali- dades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade .....	609
17.3.3.2. A extensão das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade .....	611
17.3.3.3. A suspensão temporária como medida cautelar à declaração de inidoneidade .....	612
17.3.3.4. Procedimento para a aplicação da sanção de suspensão temporá- ria e de declaração de inidoneidade .....	615
17.3.3.5. A limitação dos efeitos da declaração de inidoneidade ao âmbito do ente federativo e do Poder responsável pela aplicação dela .....	616
17.4. A SISTEMÁTICA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA DO PREGÃO.....	618
17.4.1. A não aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 em relação às sanções admi- nistrativas decorrentes de licitações promovidas por meio da modalidade pregão e dos contratos decorrentes.....	618
17.4.2. Os limites de incidência das sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.....	621



17.4.3. A desproporcionalidade da incidência da penalidade prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 em relação aos licitantes que deixaram de apresentar documento por mero equívoco .....	621
17.5. DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	623
17.5.1. Processo administrativo, contraditório e ampla defesa.....	623
17.5.2. Princípio da proporcionalidade.....	625
17.5.3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	627
17.5.4. Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	630
17.5.5. O dever de aplicar as sanções administrativas.....	632